



AJUSTE COMPLEMENTAR

Ajuste Complementar ao Acordo de Co-
operação Técnica Entre o Governo da Re-
pública Federativa Dobrasil e o Governo da
República Oriental do Uruguai Para Imple-
mentação do Projeto "Apoio Ao Fortale-
cimento do Sistema Nacional Integrado de
Saúde do Uruguai Com êNfase Em Lo-
calidades Com Menosde Cinco Mil Habi-
tantes"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Oriental do Uruguai
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que suas relações de cooperação têm sido for-
talecidas ao amparo do Acordo de Cooperação Técnica entre o Go-
verno da República Federativa do Brasil e o Governo da República
Oriental do Uruguai, de 12 de junho de 1975;

Considerando que a cooperação técnica na área do Sistema
Nacional Integrado de Saúde do Uruguai (SNIS) reveste-se de es-
pecial interesse para as Partes;

Considerando o desejo comum de promover a cooperação
para o desenvolvimento,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a im-
plementação do projeto "Apoio ao Fortalecimento do Sistema Na-
cional Integrado de Saúde do Uruguai com ênfase em localidades
com menos de cinco mil habitantes" (doravante denominado "Pro-
jeto"), cuja finalidade é contribuir para o fortalecimento do sistema
integrado de saúde.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os
resultados a serem alcançados no âmbito deste Ajuste Complemen-
tar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições co-
ordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Mi-
nistério de Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição res-
ponsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ati-
vidades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Ministério da Saúde do Brasil como ins-
tituição responsável pelo apoio à execução das atividades decorrentes
deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República Oriental do Uruguai designa:

o Ministério da Saúde Pública da República Oriental do
Uruguai (MSP) como instituição responsável pela execução, acom-
panhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste
Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil, cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver no
Uruguai as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar pessoal, instalações e infraestrut-
ura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica pre-
vistas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados
pelo Governo uruguaio, mediante o fornecimento de todas as in-
formações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do
Projeto.

2. Ao Governo da República Oriental do Uruguai, cabe:

a) designar técnicos para as atividades de coo-
peração técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura ade-
quadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no
Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados
pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas as in-
formações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do
Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer
compromisso de transferência de recursos financeiros entre as Partes
ou qualquer outra atividade gravosa a seus patrimônios nacionais.

Artigo IV

Para a execução das atividades previstas no Projeto, as Partes
poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de
organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de
agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e
internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos,
que não o presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar
estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República
Federativa do Brasil e na República Oriental do Uruguai.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II deste
Ajuste Complementar elaborarão relatórios sobre os resultados ob-
tidos no Projeto, os quais serão apresentados às instituições coor-
denadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas
no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em
caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser
prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento pu-
blicado.

Artigo VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data da
última notificação entre as Partes, feita por via diplomática, sobre o
cumprimento de seus respectivos procedimentos internos, necessários
para esse efeito, e terá vigência de dois (2) anos, sendo renovado
automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifes-
tação contrária de qualquer uma das Partes.

Artigo VIII

1. Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou imple-
mentação do presente Ajuste Complementar será resolvida pelas Par-
tes, por negociação direta, por via diplomática.

2. O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado a
qualquer momento, por consentimento mútuo das Partes, por via
diplomática.

Artigo IX

Qualquer uma das Partes Contratantes poderá notificar a
outra, a qualquer momento, por via diplomática, de sua decisão de
denunciar o presente Ajuste Complementar, cabendo às Partes decidir
sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução. A
denúncia surtirá efeito três (3) meses após a data da notificação.

Artigo X

No que se refere às questões não previstas no presente Ajuste
Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Geral de Co-
operação Científica e Técnica entre o Governo da República Fe-
derativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai.

Feito em Montevidéu, em 30 de maio de 2011,
em dois exemplares originais nos idiomas portu-
guês e espanhol, sendo ambos os textos igualmen-
te autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL

João Carlos de Souza Gomes
Embaixador do Brasil em Montevidéu

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO
URUGUAI

Luis Almagro
Ministro das Relações Exteriores do Uruguai

(*) Observação: tendo sido cumpridos os requisitos previstos
no seu Artigo VII, este Acordo entrou em vigor em 16 de setembro
de 2011.

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 593, DE 18 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DE MINAS E
ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo
único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no
art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º,
da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento de projetos de reforços e
melhorias em instalações de transmissão de energia elétrica, de ti-
tularidade da empresa Celg Geração e Transmissão S.A., inscrita no
CNPJ/MF sob o nº 07.779.299/0001-73, no Regime Especial de In-
centivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme
descrito no Anexo I à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-
blicação.

JOSÉ ANTONIO CORRÊA COIMBRA

ANEXO I

Projetos	Reforços e Melhorias em Instalações de Trans- missão de Energia Elétrica, compostas por: I - Subestação Goiânia Leste: a) instalação do 3ª Transformador Trifásico de 230/13,8 kV, 50 MVA, em substituição ao Trans- formador Trifásico de 230/13,8kV, 36 MVA; e b) adequação de Conexão de Transformador em 13,8 kV, arranjo Barra Principal e Transferência; II - Subestação Xavantes: a) complemento ao Módulo de Infraestrutura Ge- ral referente à instalação de Proteção Diferencial de Barras em 230 kV; b) complemento ao Módulo de Interligação de Barramentos referente à instalação de Proteção Diferencial de Barras em 230 kV; c) implantação de seis novos Transformadores de Corrente em 230 kV no Vão de Interligação de Barramentos para a implantação de Proteção Di- ferencial de Barras; d) substituição de três Transformadores de Cor- rente em 230 kV na Entrada de Linha Pirineus; e) substituição de três Transformadores de Cor- rente em 230 kV na Entrada de Linha Bandei- rantes 1; f) substituição de três Transformadores de Cor- rente em 230 kV na Entrada de Linha Bandei- rantes 2; g) substituição de três Transformadores de Cor- rente em 230 kV no Vão de Conexão do Trans- formador T1; e h) substituição de três Transformadores de Cor- rente em 230 kV no Vão de Conexão do Trans- formador T2; III - Subestação Carajás, troca de Proteção Di- ferencial de Barras para permitir a inclusão do novo Vão para Subestação Trindade no Barra- mento de 230 kV.
Tipo	Reforço e Melhoria em Instalações de Transmis- são de Energia Elétrica.
Ato Autorizativo	Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.034, de 9 de agosto de 2011.
Pessoa Titular	Jurídica Celg Geração e Transmissão S.A.
CNPJ	07.779.299/0001-73.
Localização	Estado de Goiás.
Enquadramento	Art. 3ª, inciso VII, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nºs 48500.001613/2011-11, 48500.002318/2011-81, 48500.002317/2011-37 e MME nº 48000.001643/2011-68.

PORTARIA Nº 594, DE 18 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DE MINAS E
ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo
único, inciso I, da Constituição, e tendo em vista o que consta no
Processo nº 48000.001669/2011-14, resolve:

Art. 1º Aprovar o "Plano Nacional de Eficiência Energética -
PNEf - Premissas e Diretrizes Básicas", o qual encontra-se dis-
ponível no endereço eletrônico do Ministério de Minas e Energia na
internet, no sítio www.mme.gov.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-
blicação.

JOSÉ ANTONIO CORRÊA COIMBRA

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 18 de outubro de 2011

Processos nºs 48000.001300/2011-11 e 48400.001395/2009-
12. Interessado: Sabino Gomes da Cruz Neto. Assunto: Pedido de
Revisão do ato administrativo proferido no Processo Administrativo
Disciplinar nº 48400.001395/2009-12, o qual culminou na aplicação
da penalidade de Advertência em desfavor do Interessado. Despacho:
Nos termos do Parecer nº 717/2011/CONJUR-MME/CGU/AGU, que
adoto como fundamento desta Decisão, indefiro o Pedido de Revisão
do Processo Administrativo Disciplinar nº 48400.001395/2009-12,
proposto por meio do Processo nº 48000.001300/2011-11, que cul-
minou com a pena de Advertência do servidor Sabino Gomes da Cruz
Neto, a qual deverá ser mantida.